

Resiliência e empatia: princípios neoliberais e a educação infantil no contexto da pandemia

Késia D’Almeida¹

Estamos diante de um poder devastador imposto pela Pandemia da Covid-19 e as práticas indicadas para o enfrentamento emitem as verdades produzidas neste espaço de tempo. Neste contexto, buscamos discutir a Educação Infantil, em especial no contexto brasileiro, e o cotidiano com o novo coronavírus, inflado pelo chamamento cada vez mais intenso da resiliência, adaptação, flexibilidade, segurança, proteção, empatia. Não se pretende estabelecer julgamentos, mas tentar trazer para a discussão no campo da Educação Infantil, questões ligadas às perspectivas do ser humano para produzir este ou aquele caminho, pois “produzir é afetar: propiciar um sentimento, criar um objeto, construir um desejo” (Scheinvar, 2012: 196).

Na transitoriedade premente, vivida com a Covid-19, diferentes relações passam a se constituir e novos saberes vão tomando forma, mas as relações existentes não se extinguem vão ganhando outras roupagens ou mesmo se consolidando no contexto dito do “novo normal”, estabelecendo e afirmando as relações de saber-poder. A flexibilidade, a exigência da capacidade de sermos ágeis, voláteis e, principalmente, abertos a mudanças rápidas, bruscas, inovadoras e em curto prazo, como enunciadas por Sennett (2003), permanece parte importante de um conjunto de valores e atitudes funcionais ao mundo da produção capitalista, mantidas talvez de forma mais feroz com a Covid-19 e todo seu poder devastador, afinal, só no Brasil hoje nos aproximamos de um total de 600 mil mortes.

Os sistemas educacionais são integrantes deste panorama, do qual a Educação Infantil também é parte enquanto primeira etapa da Educação Básica brasileira. Com a ausência de funcionamento dos espaços escolares e outros espaços de convivência, com o fechamento das escolas em março de 2020 no Brasil, bem como com a impossibilidade de circulação e interação de forma efetiva, as referências infantis se tornaram, muitas vezes, exclusivamente familiares e, em alguns casos, “relações comunitárias” extramuros escolares, em especial para classes mais pobres, propiciadas, muitas vezes, pela necessidade laboral principalmente das mães trabalhadoras e assalariadas, colocando muitas vezes em evidência um cenário de precariedade na assistência à criança nos campos da alimentação, da higiene ou mesmo da segurança física. Llobet (2020b) também nos chama a atenção para um número crescente de crianças “que não está recebendo alimentação adequada, um número invisível está sendo vítima de violência doméstica, como destinatário direto ou secundário da violência contra suas mães. Muitos estão lidando com o estresse e o medo que enfrentamos como sociedade” (Llobet, 2020b: 284). É acertado afirmar que a Pandemia se apresentou para todos, não escolhendo classes sociais, mas por certo as condições de enfrentamento, prevenção e possibilidades são desiguais e díspares. A disparidade é muito bem sinalizada por Ricardo Antunes na palestra “Os impactos da Pandemia do novo coronavírus no mundo do trabalho”, proferida na Fundação Oswaldo Cruz em julho de 2020, quando afirma que estamos todos em uma tempestade, mas em embarcações diferentes para confrontar-se; bem como quando constata que a “Pandemia desnudou uma tragédia já anunciada”.

No Brasil, apesar de ter a exacerbação do cenário permeado de diferentes realidades até no interior dos contextos de atendimento da população pobre, os discursos propagados, mesmo com a Covid-19, permaneceram não objetivando o estabelecimento de um trabalho que favorecesse o reconhecimento das diversas infâncias. A convocação no Brasil esteve voltada, desde o início da Pandemia, para as exigências – com base nas demandas mundiais de adequação diante da Covid-19 – de novos olhares, novas práticas e da convergência para a tecnologia como benefício aos ambientes de educação inclusive na Educação Infantil já instituídas em outros países, para o retorno das crianças para as atividades escolares presenciais. Tal prática discursiva nos leva a questionar: estar acontecendo no mundo todo significa que é para todos? Da mesma forma?

Não se questiona, na maioria das vezes, que escola é ofertada para a educação das crianças, em que realidade estão inseridas, ou quais outras formas são possíveis? A escola voltada à primeira infância está sempre relacionada à condição de espaço essencial e muitas vezes exclusivo para que a criança se desenvolva, crie valores, tenha acesso

¹ Creche Fiocruz e SEMED/São Gonçalo, Brasil
E-mail: lkndalmeida@gmail.com

aos conhecimentos, amplie habilidades e competências. No bojo do chamamento a educação para o desenvolvimento de competências encontramos a defesa enfática na necessidade de aprimoramento da competência emocional, novamente em voga com a Pandemia, quando os ambientes escolares estariam então promovendo o desenvolvimento de indivíduos capazes de ações resilientes e com empatia diante das adversidades e imprevistos que por ventura exista, tais quais os causados com ou pela Pandemia. Mas os ambientes de Educação Infantil também devem ser espaços para que as crianças sejam educadas – e muito bem educadas – como forma de cuidado, proteção, segurança e prevenção, nos quais se imprime em especial, pelo viés da segurança, a difusão da ideia de educação como prevenção à “marginalização”, mantendo-a como sinônimos de espaços nos quais as propostas pedagógicas incidem na perspectiva de infância sobre a qual o controle deve ocorrer não sobre o sujeito em si, mas sobre o desejo em uma virtualização do vir a ser e não do que se é.

1. Educação infantil: estranhamentos indispensáveis para repensar a prática pedagógica

No Brasil, a complexidade da Educação Infantil já se evidenciava nos exercícios político-sociais em relação à infância e na educação voltada a ela antes da chegada da Pandemia em março de 2020. Já podíamos verificar a perpetuação de uma subjetividade calcada na prática que produz um estado, uma natureza e uma essência à infância, fazendo com que a criança não seja vista como alguém que é, mas como “algo” a que todos têm direito, inclusive de dispor de seus corpos. De certo modo, as ações da e na Educação Infantil com a Pandemia intensificou a promoção de processos de subjetivação ainda mais brutal, seja ao determinar, enquadrar e controlar os comportamentos das crianças por meio de técnicas de dominação seja ao estimulá-las para que operem de acordo com os padrões estabelecidos, ditos como o “novo normal”. Condutas resilientes são esperadas frente ao cenário mundial da Pandemia e à defesa permanente da frequência presencial das crianças nos espaços escolares permanece ativa segundo esta lógica, mesmo em situação tão atípica como a causada pela Covid-19 e não pensada até então. Sob essa perspectiva, é no espaço das instituições de Educação Infantil que há a probabilidade de aprendizagem, de cumprimento da regra e do desenvolvimento entendido como salutar, mas, em especial, esse é o espaço para investimento em ações voltadas para a primeira infância, à medida que é considerado primordial à qualidade e eficiência escolar, já na Educação Infantil, para os resultados futuros do indivíduo e sua consequente atuação social. Segundo Llobet (2020a), “a representação da infância como futuro das nações foi um dos pilares fundamentais da “modernização” da América Latina em geral [...]” (Llobet, 2020a: 2), assim sendo, ter a suspensão das atividades escolares pode representar, dentre outras coisas, o contraditório aos discursos pautados em rendimento escolar futuro e retorno de investimentos necessários na formação de capital humano desde a tenra idade, tão propagados no contexto brasileiro desde antes da Covid-19.

Institui-se o apelo ainda maior à resiliência do indivíduo e desde a tenra idade esse chamado também é implementado nos discursos direcionados a educação da infância, sendo defendido sob a égide de palavras como equidade, proteção, monitoramento, flexibilidade, adaptação, segurança, entre outras. Porém, a Pandemia traz um apelo mais refinado à capacidade de ajustamento do sujeito com sua conduta resiliente, não bastando que o indivíduo seja somente resiliente é necessário que opere também com empatia. A adesão a essa outra palavra de ordem, empatia, se soma assim aos modelos comportamentais esperados desde a Educação Infantil. Comportamentos e ações resilientes e com empatia que podem ser trabalhados nas práticas e propostas dos espaços de educação voltados à infância, para que então sejam apreendidos e aplicados nas práticas sociais pelas crianças e consequentemente suas famílias.

Empatia e resiliência se unem de forma a aderir às demandas sociais contemporâneas que se baseiam em formas modelares de comportamento e enquadramentos a padrões pautados em novos valores, interesses e formas de se relacionar e diante da Pandemia essa exigência, em especial, se impõe veementemente. É necessário, mas antes de tudo é preciso, adaptar-se e ajustar-se, mas não somente isso. É preciso enquadrar-se de forma equilibrada, emoldurada ao padrão, com positividade permanentemente e harmoniosamente. O chamamento é pela resistência, mas um resistir modelar; um resistir moldado a comportamentos entendidos como bons, ideais, criativos; um resistir capturado; resistir pela adesão e adaptação. Não basta mais ser resiliente e adaptar-se as adversidades. É necessário agora a adesão entoada das adversidades, instituindo comportamentos adaptados, modulados, com dependência recíproca e “tranquila”.

2. (Des) caminhos e algumas (in) conclusões

Os discursos pelo retorno dos espaços escolares de Educação Infantil, neste contexto, tomam por base cotidianamente as verdades construídas no sentido que estar na escola significa estar sendo “preparado” para encarar os desafios impostos pela Pandemia, mas agora não só de forma resiliente, mas também com empatia. As determinações voltadas para a área de Educação Infantil, cada vez mais persuasivas e pautadas na “arte de dizer a verdade”, não carecem permanecer atadas à disciplina dos corpos como mecanismo de contenção às resistências ao exercício do poder (Foucault, 2005). Com esta configuração, reforça-se ainda mais a visão salvacionista da educação, sendo mantida a defesa que na escola, e talvez somente nestes espaços, as crianças podem vivenciar situações desafiadoras desde a Educação Infantil de modo a favorecer o desenvolvimento de sua resiliência, à medida que comportamentos resilientes não são

inatos. Porém não só. É necessário também que tenham empatia, que façam adesão ao comportamento adaptativo às adversidades, mas de forma devotada, leal, constante, simpática. A modulação esperada é que o indivíduo, desde a tenra idade, seja capaz de experimentar junto, enternecidamente e cordialmente, um sentimento frente à determinada situação adversa e ser capaz de estabelecer comportamento/ação resiliente diante do vivido. O comportamento resiliente não é mais individual, mas coletivo. Não é de um, mas de todos. Sob estes embasamentos, podemos então dizer que ao somar-se o conceito de empatia a resiliência manteríamos a ideia necessária de flexibilidade e o ajuste permanente às demandas globais, porém com volatilidade, inovação e empreendedorismo.

O contexto atual nos permite reflexões ímpares acerca das modelações e lógicas que passam a circunscrever a prática desenvolvida com crianças tão pequenas em tempos de Covid-19. O chamamento para novos métodos e técnicas ainda mais modelares, visando perpetuar e reconfigurar a lógica maquinica da escola como lugar exclusivo para a educação da infância, à medida que as instituições de Educação Infantil são ainda mais alvo direto de ações que governam corpos e visam reger a vida, não só com a Pandemia, porém talvez mais acirrada na atual conjuntura, na qual resiliência e empatia passam a compor as expectativas dos comportamentos infantis.

Hoje podemos ousar dizer que o contexto de adequação, conformidades, culpabilização, competências, dentre outros, se ampliou. As condutas entendidas como resilientes e com empatia, não só na infância, mas talvez especialmente nela, se propagaram, refinando-se uma biopolítica. A lógica que estrutura os discursos atuais voltados à Educação Infantil pode ser então colocada em análise pelos conceitos de resiliência e empatia, com os quais adaptação, adequação, conformidade, “harmonia”, consenso, flexibilidade, amoldamento, tornam-se fundantes para o processo de escolarização desde a primeira etapa da Educação Básica brasileira. Tentar traçar o alinhavo desta questão aos saberes e fazeres da Educação Infantil na Pandemia pode ajudar a compreender o cenário atual da educação da infância no Brasil, quando a escola infantil permanece como espaço de conformações, mas se acentua o contexto da adesão como palavra central, garantindo a funcionalidade do projeto político pautado na visão do capital, no ideário descentralizado, flexível e que prima por uma troca entre valor humano por valor de mercado.

O que conseguimos vivenciar no tempo presente com a Pandemia por todo Brasil – apesar das legalizações e normatizações existentes voltadas à Educação Infantil – é que algumas centenas de crianças acentuaram o enfrentamento das condições já precárias existentes, mesmo com protocolos sanitários de retomada para as atividades presenciais, defendidos por muitas redes de ensino. As ações políticas e sociais direcionadas à infância e à sua educação permanecem, na maioria das vezes, desconsiderando as múltiplas infâncias que povoam a realidade brasileira. Promove-se a perpetuação da adequação das práticas e referenciais teóricos às regras sociais, situando a educação como mecanismo para que as crianças, e conseqüentemente suas famílias, sejam enquadradas aos formatos produzidos hegemônica e socialmente, respondendo às demandas de comportamentos resilientes e de empatia frente às adversidades trazida pela Covid-19.

Sabemos, porém, que “[...] toda análise deve levar em consideração as situações histórico-sociais em que ocorrem tais infâncias. Não fazer isso [...] é uma forma de tornar invisíveis as heterogeneidades e as desigualdades [...]” (Llobet, 2020b: 283), assim sendo, o que se torna visível ou invisível? Pois também conseguimos afirmar que “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável” (Deleuze, 1991: 73).

O que temos muito concretamente, neste contexto, além das imposições das medidas sanitárias, embora na maioria das vezes não cumpridas, como tentativa de conter a disseminação e mortes ainda maiores da Covid-19 – dentre elas o isolamento social, que nunca foi de fato efetivado no Brasil desde o início de 2020 – são os apelos aos comportamentos resilientes e com empatia, desempenhados de forma adaptável às situações que se apresentam com a Pandemia. Quanto mais resiliente mais capacidade adaptativa se tem. Quanto mais empatia mais capacidade de entender o outro de forma adaptativa, consoante e consensual para contrapor os desafios e problemas que se apresentam cotidianamente. Resiliente e com empatia reage-se então de maneira flexível, positiva, eficaz, eficiente, dinâmica e equilibrada, não conflituosa. De tal modo, adaptar-se ao novo cotidiano prevê antes de tudo uma capacidade de superação ativa, efetiva e com positividade, aceitando o novo, a mudança, ao outro e mantendo o foco de suas ações, interesses e objetivos de maneira modular com as adversidades. O investimento é na educação dos comportamentos resilientes e com empatia, a fim de conter os desvios e garantir a retomada das atividades escolares independente do que se esperava pedagogicamente para a educação de crianças tão pequenas, em especial no cenário político que vivemos na atualidade no Brasil, no qual fervilha nacionalmente espaços controvertidos e polêmicos.

Referências bibliográficas

- Deleuze, G. (1991). Foucault. São Paulo: Brasiliense.
- Foucault, M. (2005). A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU.
- Llobet, V. (2020a). “Tensiones entre derechos de las mujeres y protección de la niñez”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e65412.
- Llobet, V. (2020b). El encierro de los niños y la distribución desigual de la precariedad. *Sociedad e Infancias*, 4, 283-284. <https://doi.org/10.5209/soci.69632>.

- Scheinvar, E. (2012). Produzir. In: *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Organizadoras: Fonseca, Tânia Mara Galli, Nascimento, Maria Livia; Maraschin, Cleci. Porto Alegre: Sulina.
- Sennett, R. (2003). *A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo Capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. 7^a ed. Rio de Janeiro: Record.